

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.778.912 - MG (2018/0299011-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
EMBARGANTE : S G P
ADVOGADO : BRUNO HENRIQUE MOREIRA MARQUES E OUTRO(S) -
MG135852
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSO PENAL. REVISÃO CRIMINAL. PROVA NOVA. ART. 621, INCISO III, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. INVERSÃO DO JULGADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por S. G. P. contra decisão de minha lavra, por meio da qual não foi conhecido o respectivo recurso especial, nos termos da seguinte ementa (fl. 391):

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSO PENAL. REVISÃO CRIMINAL. PROVA NOVA. ART. 621, INCISO III, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. INVERSÃO DO JULGADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. JUSTIÇA GRATUITA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO CLARA E PRECISA DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXATA COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA N.º 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO."

Alega o Embargante, nas razões do recurso integrativo, que a decisão embargada é omissa e contraditória, porque não examinou o recurso especial sob o prisma da tese segundo a qual é possível a reavaliação da prova acostada aos autos e, por via de consequência, a manutenção do *decisum* embargado implicaria afronta ao art. 621, inciso III, do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

Os embargos não devem ser acolhidos.

Conforme dispõe o art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou ambiguidade existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese em comento.

A decisão embargada solucionou a *quaestio juris* de maneira clara e coerente, apresentando todas as questões que firmaram o seu convencimento, em perfeita consonância com a legislação aplicável à espécie e com a jurisprudência desta Corte.

A bem da verdade, o *decisum* impugnado, na parte que interessa, consignou expressamente que (fls. 392-397):

"O acórdão recorrido, na parte que interessa, está calcado nas seguintes razões de decidir (fls. 289-294; sem grifos no original):

'O Peticionário fundamenta a pretensão Absolutória no inciso III do art. 621 do CPP, sustentando a existência de prova nova a demonstrar inocência.

Alega que, na Ação de Justificação Criminal (Autos em Apenso), as vítimas se retrataram e apresentaram versão diversa dos fatos, afirmando que à época teriam sido induzidas pela genitora a incriminar o Peticionário, haja vista que ambos estariam se divorciando.

Contudo, sem razão.

Narra a Denúncia que, no ano de 1999, S. G. P. teria praticado atos libidinosos diversos de conjunção carnal com as filhas menores, F.P.P. e J.M.P.P.

Consta da Exordial Acusatória:

[...]

No caso em exame, não obstante S. G. P. , nas duas oportunidades em fora ouvido, tenha negado o cometimento dos delitos que lhe foram imputados (fls. 18/19 e 138/139), as vítimas F.P.P. e J.M.P.P., tanto na fase extrajudicial como em Juízo, relataram com detalhes e, de forma coerente e harmônica, os atos libidinosos sofridos.

Por oportuno, transcrevo trechos das declarações prestadas pelas Ofendidas:

[...]

Os relatos das Ofendidas foram corroborados pelos depoimentos das testemunhas Maria Isabel Pereira e Joceli Pereira Policarpo – genitora e irmã de F.P.P. e J.M.P.P – e da Psicóloga Rosa Maria de Lima, que confeccionou o Laudo Psicológico (fls. 08/11). Confira-se:

[...]

Com efeito, a condenação se lastreou em robusta prova colhida em contraditório judicial, apreciada na Sentença

Condenatória de Primeiro Grau (fls. 107/119) e confirmada por este Tribunal de Justiça no Acórdão (fls. 182/194), proferido pela 6ª Câmara Criminal.

A Defesa busca agora, através da presente Ação Revisional, a Absolvição do Peticionário, ao argumento de que há prova nova, produzida em Justificação Criminal, qual seja, a retração das vítimas quanto aos fatos narrados na Denúncia, que comprovam a inocência de S. G. P. .

Verifica-se que na Ação de Justificação Criminal (Autos em Apenso) foram colhidos os depoimento das vítimas F.P.P. e J.M.P.P., bem como da genitora das Ofendidas, Maria Isabel Pereira, contudo, o relatado pelas mesmas em nada contribuiu para elucidação dos fatos.

A testemunha Maria Isabel Pereira (fl. 128 - Autos em Apenso) informou sofrer de amnésia, razão pela qual não se lembra dos fatos ocorridos ou ainda, de ter prestado declarações no feito originário.

O quadro médico (amnésia) da genitora fora corroborado pela vítima J.M.P.P., que também afirmou não se recordar dos acontecimentos pretéritos por possuir tenra idade à época, não sendo apta a afirmar se os atos libidinosos teriam ou não acontecido (Mídia Audiovisual - fl. 135 - Autos em Apenso).

O relato da ofendida F.P.P. (fl. 129 - Autos em Apenso), também não discrepa, tendo afirmado: 'que a depoente não se recorda quando prestou suas declarações de fls. 47 (..) que à época dos fatos a depoente contava com 10 anos de idade e não se recorda mais do ocorrido';

Oportuno ressaltar ainda que, ao responder as perguntas do Defensor do Peticionário, F.P.P. se contradiz, afirmando que 'nada lhe aconteceu causado por seu pai e o que declarou anteriormente foi por influência de sua mãe e de sua irmã J.;' - versão que se encontra isolada das demais provas.

Com se vê, **a alegada prova nova apresentada por meio de Justificação Judicial (Autos em Apenso) trata-se, na verdade, de testemunhos em que as depoentes se limitaram a afirmar que não se recordam dos fatos, não tendo as vítimas, efetivamente se retratado, sendo uma prova extremamente frágil, diante do conjunto probatório produzido durante a instrução criminal.**

Logo, evidente que **a prova trazida por S. G. P. se mostrou insuficiente para desconstituir a força do julgado, não sendo possível deferir o pedido revisional para que o Peticionário seja absolvido.**

[...]

Oportuno ainda destacar que, **em sede de Revisão Criminal o ônus da prova é invertido**, cabendo ao Peticionário, portanto, fazer prova de suas alegações, vigorando o Princípio do *In Dubio Pro Societate*, consoante enuncia a

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Súmula 67 deste Eg. Tribunal de Justiça: 'Na revisão criminal a dúvida não beneficia o peticionário'.

Destarte, constituindo a Ação Revisional uma estreita via, destinada a rever decisão penal condenatória, com trânsito em julgado, quando ocorrer erro judiciário ou injustiça na condenação inviável a procedência do pedido."

Como se vê, o Tribunal a quo, com base no exame percuciente das provas e fatos acostados aos autos, entendeu que as novas provas apresentadas pelo ora Recorrente não têm o condão de se contrapor às conclusões delineadas no aresto condenatório impugnado. Portanto, a inversão do julgado demandaria, necessariamente, o reexame de todo o conjunto fático-probatório acostado aos autos, o que não se coaduna com a via eleita, em face do óbice do enunciado n.º 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, in verbis:

'A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.'

Nesse sentido:

[...]

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

É oportuno esclarecer que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no acórdão embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, é incabível na via dos embargos de declaração.

Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora